

# Comissão de Gestão de Albufeiras

## Subcomissão Regional da Zona Norte

### **Reunião da Subcomissão Regional da Zona Norte de 10 de março de 2022**

Agência Portuguesa do Ambiente promoveu a **10 de março** uma reunião da Subcomissão Regional da Zona Norte, da Comissão de Gestão de Albufeiras, dedicada às bacias do Minho, Lima, Cávado, Ave, Leça e Douro, que se realizou de forma presencial em Ponte da Barca e em simultâneo por videoconferência.

O objetivo principal da reunião foi avaliar as disponibilidades hídricas nas bacias do Minho, Lima, Cávado, Ave, Leça e Douro, face às necessidades existentes, e definir as medidas necessárias para fazer frente à situação de seca no presente ano hidrológico.

A precipitação ocorrida desde outubro está significativamente abaixo da média o que não tem permitido a reposição dos níveis de armazenamento quer nas albufeiras quer nas massas de água subterrâneas.

Foi apresentado pela APA a avaliação das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas e as necessidades existentes bem como apresentadas propostas de medidas enquadradas em 5 tipologias: resiliência das origens de água, restrição e controlo de consumos, monitorização dos recursos subterrâneos e superficiais, promoção da eficiência hídrica nas infraestruturas de distribuição dos setores urbano e agrícola e sensibilização para o uso racional da água.

Foi salientada a necessidade de dar continuidade ao uso eficiente da água, promovendo a poupança e implementando as medidas que permitam ganhar resiliência preparando para um anos com menores disponibilidades, tal como 2022 parece oferecer. Foi também salientado que os novos projetos devem considerar as disponibilidades hídricas existentes e futuras e adaptar-se ao território e não o contrário.

Foi analisada com maior detalhe a situação crítica nas albufeiras do Alto Lindoso (Lima), Alto Rabagão (Cávado), Guilhofrei (Ave) e Vilar-Tabuaço (Douro) e nas águas subterrâneas, bem como a necessidade de automatizar a monitorização das pequenas albufeiras para abastecimento, muitas delas em condições preocupante já que não têm capacidade de regulação interanual.

Foram identificados um conjunto de medidas, intervenções e possíveis apoios de forma a mitigar os efeitos da seca nas origens de água para abastecimento público e a proporcionar condições básicas para que as atividades agrícola e agropecuária consigam ultrapassar os impactos desta situação.

- ✓ Verificar semanalmente a necessidade de implementar medidas face ao evoluir da situação e quando necessário promover reuniões das subcomissões.

# Comissão de Gestão de Albufeiras

## Subcomissão Regional da Zona Norte

- ✓ Condicionar a produção de energia nas albufeiras do Alto Lindoso, Alto Rabagão, Guilhofrei e Vilar Tabuaço, para garantir os volumes necessários para o abastecimento público, e suspender a autorização de novas captações superficiais nestas albufeiras.
- ✓ Garantir uma gestão articulada entre os diferentes usos nos aproveitamentos de fins múltiplos e implementar medidas de diminuição das perdas e de controlo dos caudais captados.
- ✓ Avaliar as albufeiras de baixa capacidade de armazenamento destinadas ao abastecimento público no nordeste transmontano para antecipar medidas excecionais que se venham a revelar como necessárias.
- ✓ Automatizar com telemetria a monitorização dos níveis das albufeiras para abastecimento público para permitir um acompanhamento mais efetivo – Águas do Norte
- ✓ Suspender a emissão de títulos de novas captações de água subterrânea para uso particular nas massas de água identificadas como críticas no Relatório de Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica. Novas captações só podem ser tituladas por autorização, independentemente da potência instalada.
- ✓ Definir e implementar a solução técnica que permita baixar a cota e captação para abastecimento público na albufeira do Alto Rabagão.
- ✓ Garantir na albufeira do Sabugal a articulação dos diferentes usos com os transvases para a bacia do Tejo.
- ✓ Avaliar e instalar pontos de água e/ou cisternas junto a albufeiras de águas públicas para o abeberamento animal.
- ✓ Evitar a disseminação de soluções individuais (captações subterrâneas, novas pequenas barragens) sem qualquer capacidade de resiliência, promovendo a articulação entre os diferentes utilizadores.
- ✓ Promover a outorga dos contratos de gestão dos Empreendimentos de Fins Múltiplos - EFM.
- ✓ Reforço da fiscalização para verificação de eventuais situações de captações ilegais.
- ✓ Promover e incrementar os projetos de eficiência dos consumos e na redução das perdas na distribuição, tanto no setor urbano como no setor agrícola.
- ✓ Reduzir as perdas nas infraestruturas hidráulicas e nas redes de distribuição.
- ✓ Promover a redução dos consumos de água da rede distribuição para usos não potáveis (e.g. lavagem de contentores, lavagem de ruas, encerrar fontes decorativas que não disponham de circuitos fechados) em estreita articulação com as Câmaras Municipais.
- ✓ Promover a implementação de medidas de eficiência hídrica em habitações ou prédios de habitação.
- ✓ Fomentar a colaboração técnica entre entidades gestoras relativa ao controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição, com prioridade para os sistemas com maior volume de perdas.
- ✓ Dar continuidade e incrementar a implementação de soluções de utilização de ApR nos usos não potáveis, nomeadamente para rega e usos urbanos não potáveis.
- ✓ Apoiar a implementação de ApR, quer a nível da produção, quer a nível da utilização, para a rega de campos agrícolas e utilização em espaços urbanos (rega de espaços verdes, lavagem de ruas, lavagem de contentores, etc.).
- ✓ Promover campanhas de sensibilização para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, aos agentes económicos e entidades públicas.

# Comissão de Gestão de Albufeiras

## Subcomissão Regional da Zona Norte

- ✓ Reforço da rede de monitorização piezométrica nas regiões hidrográficas do Norte
- ✓ Promover estudos que permitam aumentar a resiliência no nordeste transmontano evitando a disseminação de barragens de baixa capacidade de armazenamento sem regulação interanual com elevados impactes ambientais, custos de manutenção e sem garantir os usos em anos com baixa precipitação.

A APA anunciou ainda a disponibilização, no presente ano, de 5 milhões de euros do Fundo Ambiental para apoio a nível nacional à execução de medidas específicas de contingência para combate à seca, nomeadamente campanhas de sensibilização.